



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO

Município: OURO PRETO/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Realizar auditoria na SMS Ouro Preto/Unidade visitada Santa Casa de Misericórdia

Entidade Responsável: OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO

CPF/CNPJ: 18.295.295/0001-36

Município/UF: OURO PRETO-MG

Unidade Visitada: OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO

CPF/CNPJ: 18.295.295/0001-36

Município/UF: OURO PRETO/MG

Demandante: Secretaria Estadual de Saúde

Forma: Direta

Objeto: Assistência- geral

Abrangência: 03/2020 a 09/2021

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	22/06/2021	01/08/2021
Execução - In loco	13/09/2021	24/09/2021
Relatório	27/09/2021	30/11/2021

Tarefa Nº: 131374

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

GLAUCIANE RESENDE DO NASCIMENTO

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: Desde 08/02/2021

PAULO MARCOS XAVIER DA SILVA

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 10/03/2020 a 31/12/2020

TUIAN SANTIAGO CERQUEIRA

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: 01/01/2021 a 08/02/2021



III - INTRODUÇÃO

1- FATOR DESENCADEANTE:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG - exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- OBJETIVOS E ESCOPO

Realizar auditoria programada na Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto, tendo como unidade visitada a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelas respectivas unidades, no período de março/2020 a setembro/2021, no enfrentamento da COVID-19.

3 - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

Ouro Preto é município localizado na Serra do Espinhaço, Zona Metalúrgica de Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero); possui população estimada de 74.824 habitantes (estimativa IBGE 2021) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,741. É habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme Portaria MS/GM nº 2.868 de 28/11/2008. É pólo da Microrregião de Saúde de Ouro Preto, composta pelos municípios Itabirito, Mariana e Ouro Preto, perfazendo uma população referenciada de 189.650 habitantes (estimativa IBGE 2021). Conforme descrição do Plano Municipal de Saúde (2018-2021), a rede assistencial do SUS em Ouro Preto é, em sua quase totalidade, pública. A atenção básica e de urgência é realizada por serviços municipais e a hospitalar é feita pela Santa Casa da Misericórdia. A rede ambulatorial própria conta com 11 unidades básicas de saúde na área urbana e 20 unidades básicas de saúde de atendimento na área rural,

01 policlínica na sede, 01 Complexo de Saúde em Cachoeira do Campo (com observação 12 hs), 01 unidade de urgência e emergência (UPA Ouro Preto), um Centro de Especialização Odontológica, 02 unidades de odontologia (Bairro São Cristóvão e Distrito de Cachoeira do

Campo) 01 CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial tipo I), 01 CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), 01 CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil), 01 sede do SAMU, 01 serviço de fisioterapia-reabilitação, 01 laboratório municipal, 01 farmácia central, 01 farmácia complementar, 01 rede de frios, 01 laboratório de prótese dentária. De acordo com o Plano de Contingência para enfrentamento à COVID-19, da macrorregião Centro, aprovado pela Resolução SES-MG nº 3168, de 04/06/2020, Ouro Preto possui a Santa Casa de Misericórdia como Hospital de referência SRAG – 1ª prioridade, com leitos de UTI-adulto e leitos clínicos e o Hospital de Campanha, como referência SRAG – 1ª prioridade, apenas para leitos clínicos.

A unidade hospitalar visitada no município de Ouro Preto é a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto - CNPJ 23.065.329/0001-36 (CNES 2163829), entidade filantrópica conveniada ao SUS, referência microrregional para assistência à COVID, conforme Plano de Contingência da Macrorregião Centro, aprovado pela Resolução SES-MG nº 3168, de 04/06/2020. A instituição foi contemplada com o Incentivo pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções SES/MG nº 7160/2020, 7.295/2020 e 7384/2021. Considerando a Grade Hospitalar do Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia de COVID-19, aprovado pela Resolução SES-MG nº 3168/2020 e atualizações, no período de abrangência dessa auditoria (março/2020 a setembro/2021), a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto apresentou a seguinte disponibilidade de leitos para atendimento à SRAG-COVID-19: UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA ADULTA – SRAG COVID (código 51): 10 leitos classificados como sendo novos (Res/SES-MG nº 3168/2020), ampliados para 13 leitos (Res/SES-MG nº 3361/2021), 15 leitos (Res/SES-MG nº 3363/2021) e 20 leitos (Res/SES-MG nº 3373/2021). LEITOS DE ENFERMARIA: 15 leitos clínicos (Res/SES-MG nº 3168/2020), 18 leitos (Res/SES-MG nº 3173/2020), 11 leitos (Res/SES-MG nº 3229/2020), 14 leitos (Res/SES-MG nº 3373/2021).

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

A fase analítica da auditoria foi desenvolvida no período de 22/06 a 01/08/2021, por meio de:

- Consulta ao Plano de Contingência da SES/MG para a Macrorregião Centro;
- Consulta às Resoluções, Portarias e demais Normativas relacionadas à Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da COVID 19, a partir de março/2020;
- Extração e análise dos dados da Secretaria Municipal de Saúde e da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, nos portais SCNES,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

SIH, SUSFácil, SIGRES, SARGSUS, IBGE, Portal da PMOP;

- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem federal repassados para a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto para enfrentamento do COVID-19, a partir de março/2020;
- Extração e análise de dados referentes aos recursos financeiros de origem estadual repassados para a Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto para enfrentamento do COVID-19, a partir de março/2020;
- Elaboração da Matriz de Análise de Informações e da Matriz de Coleta de Informações para a entidade auditada;
- Confeção de minutas das correspondências referentes a esta auditoria;
- Elaboração dos roteiros de entrevistas, planilhas e tabelas para coleta de dados;
- Análise da documentação encaminhada por e-mail e pelo Google drive (<https://drive.google.com/drive/folders/1HXNUZ7E33t7D9PHGcFVelqHP4R2XHeyr?usp=sharing>) pela entidade, referente ao Anexo II do Ofício de Comunicação de Auditoria enviado à Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto.

FASE OPERATIVA

- Videoconferência de abertura da auditoria, dia 02/08/2021 às 9hs, com participação dos auditores da SES/MG e dos representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Sra. M.C.S.F., Secretária Municipal de Saúde Adjunta e Sra M.P.A., Superintendente de Planejamento.
- Análise da documentação encaminhada por e-mail pela entidade, referente ao Anexo II do Ofício de Comunicação de Auditoria enviado à Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto.
- Realização de auditoria in loco, no período de 13 a 24/09/2021, para análise de documentos, realização de entrevistas e visita aos setores: Vigilância Epidemiológica, Controle e Avaliação e Fundo Municipal de Saúde.
- Reunião para encerramento dos trabalhos da Fase operativa e assinatura do Termo de Auditoria com a presença da Sra. M.C.S.F., Secretária Municipal de Saúde Adjunta e equipe de auditoria.

LIMITAÇÕES

Não houve limitações.

ANEXOS

ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Ouro Preto ao Hospital Santa Casa da Caridade no período de março de 2020 a setembro de 2021.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 635465

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Formalização

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto celebrou instrumentos jurídicos com o Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e Municipal), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, de acordo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



com as regras que viabilizaram os repasses.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à SMS de Ouro Preto (Constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco, constatou-se que os repasses de recursos financeiros (de origem Federal e Estadual), referentes ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, ao Hospital Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, ocorreram com a celebração de instrumentos jurídicos respaldando as transferências.

Observou-se a existência de um Termo de Contratualização celebrado entre o município, por intermédio de sua SMS e o Hospital, assinado em 01/10/2018, à partir do Processo de Inexig. de Licitação nº 081/2018. O objeto desse Termo foi a execução de atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio de pactuação de metas.

À partir da assinatura do Termo foram celebrados seis Termos Aditivos (TA), quais sejam:

- I - 1º TA, em 27/05/2019, incluindo cláusulas de fundamentação, justificativa e pagamento da Contratada e Comissão de Avaliação do Contrato, Gestão e Avaliação do mesmo;
- II - 2º TA, em 01/10/2019, alterando valor, dotações orçamentárias e prazo de vigência por mais doze meses;
- III - 3º TA, em 31/08/2020, alterando valor, dotações orçamentárias e prazo de vigência por mais doze meses;
- IV - 4º TA, em 22/03/2021, aditando o valor em R\$ 1.976.370,05 referente ao acréscimo contratual, dentro dos limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93, para custear diárias de leitos de UTI-COVID-19, diárias de Leitos Clínicos no Hospital de Campanha e contratação de cinco leitos clínicos, independente de ocupação, destinados à COVID;
- V - 5º TA, em 23/03/2021, incluindo obrigações ao Contratante (obra de adequação do Centro Avançado de Enfrentamento ao COVID-19, visando adaptar o espaço para colocação de autoclave e instalação de tanque de oxigênio);
- VI - 6º TA, em 14/06/2021, com o objetivo de fornecimento de leitos clínicos e de UTI, bem como a gestão do Hospital de Campanha pelo período de mais 90 (noventa) dias.

Foram celebrados, ainda, os seguintes Termos de Compromisso (TC), todos com seus respectivos objetos, quais sejam, auxílio financeiro emergencial para controle do avanço da pandemia da COVID-19:

- I - TC PMOP nº 11/2020, em 08/06/2020, para formalizar o repasse do valor de R\$ 1.392.273,53;
- II - TC PMOP nº 16/2020, em 15/07/2020, para formalizar o repasse do valor de R\$ 1.440.000,00;
- III - TC PMOP nº 22/2020, em 13/10/2020, para formalizar o repasse do valor de R\$ 480.000,00;
- IV - TC PMOP nº 01/2021, em 04/01/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 480.000,00;
- V - TC PMOP nº 02/2021, em 04/01/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 960.000,00; VI - TC PMOP nº 03/2021, em 07/04/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 240.000,00;
- VII - TC PMOP nº 04/2021, em 05/05/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 240.000,00.

Por fim cabe ressaltar que, apesar da celebração de instrumentos jurídicos visando o repasse de recursos próprios (tesouro municipal) ao Hospital, na prática, os mesmos não foram efetivados, não tendo sido constatado nenhum repasse de recursos próprios à instituição prestadora de serviços. Pela inexistência de norma legal (ou infra legal) prevendo a obrigatoriedade de repasse de recursos próprios do tesouro municipal ao prestador de serviços a polaridade da constatação será conforme.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação de número 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, artigo 14; com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus - COVID-19) da Macrorregião Centro, item V. Sistemas de Apoio - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais, Inciso V; com o Processo Licitatório Inexigibilidade número 081/2018 e seus Termos Aditivos, e Termos de Compromisso e com a Lei Federal nº 8.666/93.

Fonte da Evidência:

- Processo de Inexigibilidade de Licitação número 081/2018 e seus seis Termos Aditivos, listados no campo Evidência;
- Processos de repasses de recursos financeiros (de origem Federal, Estadual e Municipal) ao Hospital Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021;
- Termos de Compromisso listados no campo Evidência;
- Anexo 1: recursos transferidos pelo FMS ao Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021;
- Anexo 2: recursos repassados pelo FES ao Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de março de 2020 a setembro de 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 635684

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do Fundo Estadual de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Evidência: Analisando a documentação financeira solicitada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde para verificação in loco, constatou-se adequação na aplicação de recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Foram recebidos do Fundo Estadual de Saúde e repassados ao Hospital Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto os seguintes recursos financeiros:

- 1 - R\$ 288.000,00, referentes à Resolução SES/MG nº 7295/2020, destinados ao custeio das ações de saúde para enfrentamento à COVID-19, à título de incentivo emergencial e temporário;
- 2 - R\$ 288.000,00, referentes à Resolução SES/MG nº 7446 de 19/03/2021, destinados ao custeio das ações de saúde para enfrentamento à COVID-19, à título de incentivo emergencial e temporário;
- 3 - R\$ 369.600,00, referentes à Resolução SES/MG nº 7482 de 20/04/2021, destinados ao custeio das ações de saúde para enfrentamento à COVID-19, à título de incentivo emergencial e temporário;
- 4 - R\$ 400.000,00 referentes à Resolução SES/MG nº 7501 de 07/05/2021, destinados ao Hospital de Campanha e Sistema de Gases Medicinais;
- 5 - R\$ 44.800,00 referentes à Resolução SES/MG nº 7509 de 17/05/2021, destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;
- 6 - R\$ 32.000,00 referentes à Resolução SES/MG nº 7595 de 09/07/2021, destinados ao custeio das ações de saúde para enfrentamento à COVID-19, à título de incentivo emergencial e temporário.

Constatação em conformidade com a Resolução SES/MG nº 7461/2021, Artigo 1º, com a Resolução SES/MG nº 7295/2020, Artigos 1º e 2º, com a Resolução SES/MG nº 7446/2021, Artigos 1º e 2º, com a Resolução SES/MG nº 7482/2021, Artigos 1º e 2º, com a Resolução SES/MG nº 7501/2021, Artigo 3º; Resolução SES/MG nº 7509/2021, Artigos 1º e 2º; e Resolução SES/MG nº 7595 de 09/07/2021, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: - Relação Geral de Guias de Receitas, período de março de 2020 a julho de 2021, emitida pelo Fundo Municipal de Saúde em 13/07/2021;

- Processos de pagamentos (Notas de Empenho, Comprovantes de Transferência Bancárias e Extratos das Contas Correntes do FMS) do período de abrangência da auditoria;
- Resoluções citadas no campo Evidência;
- Anexo I: recursos transferidos pelo FES e repassados ao Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021;
- Anexo 2: recursos recebidos do FES.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636260

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Evidência: Analisando a documentação financeira solicitada pela equipe de auditores (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela entidade auditada para verificação in loco, constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID19 nas ações de média/alta complexidade no Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Foram recebidos do Fundo Nacional de Saúde pelo Fundo Municipal de Saúde e repassados ao Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto os seguintes recursos financeiros:

- R\$ 513.694,71 aprovado pela Portaria MS/GM nº 1393 de 21/05/2020;
- R\$ 1.392.273,53 aprovado pela Portaria MS/GM nº 1448 de 29/05/2020;
- R\$ 1.440.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 1769 de 15/07/2020;
- R\$ 480.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 2790 de 13/10/2020;
- R\$ 480.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 3275 de 03/12/2020;
- R\$ 960.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 3486 de 17/12/2020;
- R\$ 240.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 641 de 07/04/2021;
- R\$ 720.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 749 de 20/04/2021; e
- R\$ 240.000,00 aprovado pela Portaria MS/GM nº 897 de 05/05/2021.

Constatação em conformidade com o Processo de Licitação nº 081/2018; com a Portaria GM/MS nº 1393/2020, Artigos 1º e 2º; com a Portaria MS/GM nº 1448/2020, Artigos 1º e 2º; com a Portaria MS/GM nº 1769/2020, Artigos 1º e 3º; com a Portaria MS/GM nº 2790, Artigo 2º § único; com a Portaria MS/GM nº 3275, Artigo 2º § único; com a Portaria MS/GM nº 3486, Artigo 2º § único; com a Portaria MS/GM nº 641, Artigos 3º e 4º; com a Portaria MS/GM nº 749, Artigo 2º § único e Artigo 3º; e com a Portaria MS/GM nº 897, Artigos 2º e 3º.

Fonte da Evidência: - Processo de Licitação nº 081/2018;

- Portarias MS/GM nº 1393/2020, 1448/2020, 1769/2020, 2790/2020, 3275/2020, 3486/2020, 641/2021, 749/2021 e 897/2021;
- Processos de repasses de recursos financeiros (de origem Federal, Estadual e Municipal) ao Hospital Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021.
- Extratos bancários das contas correntes do FMS de Ouro Preto e Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto;
- Anexo 1: recursos transferidos pelo FMS ao Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 635686

Subgrupo: Fundo a Fundo



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Execução

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto não aplicou os recursos financeiros próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Evidência: Analisando a documentação solicitada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde para verificação in loco, constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto não aplicou recursos financeiros próprios para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade no Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Por não haver dispositivo legal acerca da obrigatoriedade de repasse de recursos financeiros do Tesouro Municipal para instituições filantrópicas e privadas a serem destinados ao combate à COVID, consideraremos a polaridade desta constatação como conforme.

Fonte da Evidência: - Relatórios de repasses financeiros de origem federal, estadual e municipal ao Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021, disponibilizados pelo auditado, incluídos no google drive (<https://drive.google.com/drive/folders/1HXNUZ7E33t7D9PHGcFVelqhP4R2XHeyr?usp=sharing>) em 16/07/2021 e verificados in loco, por ocasião da fase operativa da auditoria. **Conformidade:**

Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 645166

Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Aquisição de Materiais e equipamentos (licitação)

Constatação: Não ocorreram aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos realizadas pela SMS destinadas Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto para enfrentamento à COVID -19.

Evidência: Analisando a documentação contábil e financeira solicitada à entidade auditada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria), e disponibilizada pelo Google drive e para verificação in loco, constatou-se que não ocorreram aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos realizadas pela SMS destinadas Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto para enfrentamento à COVID -19.

Como não houve repasse de recursos financeiros para este objetivo e por inexistir legislação que obrigue a SMS a proceder de tal forma, julgamos a polaridade desta constatação como Conforme.

Fonte da Evidência: - Relação Geral de Guias de Receitas, período de março de 2020 a julho de 2021, emitida pelo Fundo Municipal de Saúde em 13/07/2021;

- Processos de pagamentos (Notas de Empenho, Comprovantes de Transferência Bancárias e Extratos das Contas Correntes do FMS) do período de abrangência da auditoria;
- Relatórios de repasses financeiros de origem federal, estadual e municipal ao Hospital Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, período de março de 2020 a setembro de 2021, disponibilizados pelo auditado, incluídos no google drive (<https://drive.google.com/drive/folders/1HXNUZ7E33t7D9PHGcFVelqhP4R2XHeyr?usp=sharing>) em 16/07/2021 e verificados in loco, por ocasião da fase operativa da auditoria. **Conformidade:**

Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 636261

Acesso 1402688



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Execução Orçamentária

Item: Prestação de Contas

Constatação: Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID -19 destinados ao Prestador Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto estão em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados e com a legislação vigente.

Evidência: Analisando a documentação financeira solicitada (constante do Ofício de Comunicado de Auditoria) e disponibilizada para verificação in loco pela Secretaria Municipal de Saúde, constatou-se adequação dos processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade no enfrentamento à COVID-19 destinados ao Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, considerando a celebração de instrumentos jurídicos para respaldar os repasses.

Foram analisados os processos de pagamento realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, referentes aos instrumentos jurídicos formalizados e a regularidade quanto ao empenho, liquidação e pagamento, no tocante a prazos e condições.

Os recursos financeiros destinados ao Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto previstos nas Resoluções SES/MG nº 7160/2020, 7295/2020, 7446/2020, 7482/2020, 7501/2021, 7509/2021 e 7595/2021 foram integralmente repassados à entidade beneficiada.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, artigo 14.

Fonte da Evidência:

- Processo de Licitação nº 081/2018;
- Extratos das contas correntes do Fundo Municipal de Saúde de Ouro Preto e do Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, referentes ao período de abrangência da auditoria;
- Processos de pagamentos do Fundo Municipal de Saúde de Ouro Preto ao Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, referentes ao período de abrangência da auditoria;
- Termos Aditivos ao Termo de Contratualização Inexigibilidade nº 81/2018;
- Termos de Compromisso celebrados entre o município de Ouro Preto e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636262

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com a Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto para enfrentamento da COVID -19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Ouro Preto não acompanha e não fiscaliza a execução do Termo de Contratualização referente ao Processo Licitatório Inexigibilidade nº 81/2018 firmado com a Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto para execução de ações e serviços de saúde referentes ao SUS e, consequentemente, os termos aditivos e de compromisso. A SMS também não acompanha os Termos de Compromisso celebrados para o repasse de recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade de enfrentamento da Covid-19. Apesar de solicitado, também não foi comprovada pela entidade auditada a existência de uma Comissão de Acompanhamento, Controle e Avaliação do referido Contrato, composta por representantes da SMS de Ouro Preto e da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo 2 do Anexo XXIV, Capítulo II, Artigo 5º, Inciso VII e Capítulo VI, Artigo 33; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, Artigo 37; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo V, Seção IV, Artigo 32, Caput; com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1.n. e com o Contrato nº 87/2019, Cláusula Terceira - Do Acompanhamento, Controle e Avaliação.

Fonte da Evidência:

- Verificação in loco, de toda documentação contábil e financeira disponibilizada pela SMS de Ouro Preto;
- Termo de Contratualização Inexigibilidade nº 81/2018;
- Cinco Termos Aditivos celebrados entre a SMS e a Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto ao Termo de Contratualização Inexigibilidade nº 81/2018;
- Termos de Compromisso celebrados para o repasse de recursos financeiros destinados às ações de média e altacomplexidade de enfrentamento da Covid-19.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de OFICIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica se manifestou da seguinte forma: Foi verificada pela comissão de auditoria que a Secretaria Municipal de Saúde não acompanha e nem fiscaliza a execução do Contrato oriundo da Inexigibilidade Licitatória nº 081/2018, celebrado entre o município e a Santa Casa de Misericórdia para a prestação de serviços e metas de saúde, não possuindo, inclusive, comissão apta a avaliar o cumprimento das cláusulas contratuais.

Em relação a esta constatação, é necessário se considerar que o período de realização da auditoria coincidiu com o momento em que estava sendo celebrado novo contrato entre o município e a Santa Casa, com novas pactuações adequadas ao momento. Após a celebração, foi formada a Comissão e estabelecido o seu regimento, com as atribuições da fiscalização contratual na Inexigibilidade nº 008/2021. Anexos encaminharemos as Portarias com designação da comissão, bem como suas alterações posteriores, além do regimento.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: A entidade auditada, por meio de sua manifestação, corroborada com a apresentação da documentação citada na mesma, comprova o saneamento da não conformidade apontada. **Acatamento da**

Justificativa: Sim

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 636263

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto.

Evidência: Não foram apresentados Relatórios de monitoramento e controle do prestador, com relação à ocupação de leitos COVID, por parte da SMS, que demonstrem que a mesma realiza o acompanhamento das informações repassadas pelo prestador. Foi verificado in loco, o recebimento, diariamente, via e-mail, pelo Setor de Vigilância Epidemiológica da SMS, da relação de pacientes atendidos pela Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, notificados como casos suspeitos ou confirmados de COVID-19; entretanto, a SMS não realiza o confronto com os Relatórios internos de taxa de ocupação dos leitos COVID-19 (Clínicos e UTI adulto) fornecidos pelo Hospital. Em entrevista, os servidores do setor de Vigilância em Saúde da SMS, A.P.D.F. (Superintendente de Vigilância em Saúde), R.M.F. (Diretor de Vigilância em Saúde) e M.M.S.A.M. (Coordenadora de Vigilância em Saúde), informaram que a Santa Casa envia diariamente o quantitativo de leitos de UTI e leitos clínicos que estão ocupados na instituição e que as notificações dos casos suspeitos e confirmados de COVID são informadas pela Comissão de Controle de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório Consolidado

Infecção Hospitalar (CCIH) da Santa Casa, através de e-mail, sendo as fichas de notificação (via física) enviadas ao setor. A partir destes dados, é elaborado o Boletim diário da COVID-19, onde os dados referentes à Taxa de ocupação de UTI referem-se à microrregião de Ouro Preto e demais informações referem-se apenas ao município de Ouro Preto. A equipe de auditoria, em análise dos Boletins Epidemiológicos COVID-19 do município, verificou dados inconsistentes, em que não constam total de leitos disponibilizados (Santa Casa e Hospital de Campanha), tipo de leito ocupado, especificação da ocupação dos leitos de UTI por pacientes da microrregião. Verificado, ainda, divergências em relação aos dados divulgados pela Santa Casa, referentes à ocupação dos leitos, em seus boletins diários.

Em entrevista, M.P.A., Superintendente de Planejamento da SMS, informou que o Setor de Controle e Avaliação não realiza o acompanhamento da ocupação e disponibilidade dos leitos COVID, de forma sistemática e que a análise do histórico da produção hospitalar e o confronto das informações da produção com a ocupação hospitalar não são realizados.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II e Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus COVID-19) da Macrorregião Centro item V. SISTEMAS DE APOIO - V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens II, III e IV.

- Fonte da Evidência:**
- Censos diários de leitos COVID clínicos e complementares, da Santa Casa da Misericórdia, do período de julho/2020 a setembro/2021;
 - E-mails recebidos pela SMS, contendo relação de pacientes atendidos pela Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, notificados como casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, verificados in loco;
 - Termo de Informação dos servidores do setor de Vigilância em Saúde da SMS, A.P.D.F. (Superintendente de Vigilância em Saúde), R.M.F. (Diretor de Vigilância em Saúde) e M.M.S.A.M. (Coordenadora de Vigilância em Saúde), em 23/09/2021;
 - Termo de Informação de M.P.A., Superintendente de Planejamento da SMS, de 16/09/2021;
 - Boletins Epidemiológicos COVID-19, da SMS de Ouro Preto, do período de março/2020 a setembro/2021, enviados pela SMS ou consultados em: <https://ouropreto.mg.gov.br/coronavirus>;
 - Boletins Epidemiológicos COVID-19, da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, enviados pelo Hospital ou consultados em: <http://santacasaop.com.br/noticias>.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio de OFÍCIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica, se manifestou da seguinte forma: O relatório de auditoria informou que a SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Santa Casa de Ouro Preto. Sobre esse ponto, é cabível considerar que todo monitoramento das respectivas ocupações de leito era realizado via sistema SUS-Fácil.

A unidade solicitante da internação (UPA de Ouro Preto), porta de entrada dos casos graves de COVID-19, realizava o acompanhamento da solicitação e das disponibilidades de vagas.

Ressaltamos que o registro de todas as ocupações eram acompanhados pela Secretaria através do referido sistema de regulação do SUS-Fácil, além do fato de que os médicos do município, ora Dr. J.F. e Dr. J.G., todos os dias, pela manhã percorriam os leitos ocupados, monitorando o quadro dos pacientes e as possíveis altas médicas, visando sempre otimizar a ocupação das vagas de leitos disponíveis, diante de uma realidade cruel existente de pacientes que aguardavam pela sua vaga de internação hospitalar.

As equipes da UPA e do Hospital de Campanha interagiam permanentemente com os profissionais da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, em acompanhamento contínuo, para que houvesse a agilidade nestes procedimentos.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: O Sr. Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica, descreveu ações de acompanhamento da ocupação dos leitos COVID pela SMS de Ouro Preto, via sistema SUS-Fácil e de forma presencial, na unidade hospitalar, pelos médicos do município J.F. e J.G.. Por fim avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Recomenda-se à Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto adotar procedimentos que possibilitem a realização e o registro do acompanhamento da ocupação de leitos hospitalares, para fins de monitoramento e controle do prestador, conforme o disposto na Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art. 5º, inciso II. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto	23.065.329/0001-36

Grupo: Regulação **Constatação Nº:** 636264

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A SMS realiza controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: De acordo com o informado pela Superintendente de Planejamento da SMS, M.P.A, em entrevista, a produção hospitalar referente às internações COVID realizadas pela Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto, no período de março/2020 a setembro/2021, corresponde ao que foi autorizado pela médica auditora da SMS, que faz a avaliação in loco na Santa Casa. O setor de faturamento da Santa Casa envia as informações no banco de dados do SIH, sendo o processamento e o envio dos arquivos realizado pelo Setor de Controle e Avaliação da SMS. A SMS disponibilizou, via Google drive, Relatórios de Produção Hospitalar do SIHD2 da Santa Casa de Misericórdia, referentes ao procedimento: 0303010223 Tratamento de Infecção pelo Coronavírus - COVID 19, do período auditado.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, seção VII, art. 37, § 3º e Anexo XXVI, art. 10, inciso I; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Contrato administrativo ref. Inexigibilidade nº 081/2018, celebrado entre o município de Ouro Preto e a Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto em 01/10/2018, cláusula Terceira, item III, alíneas a, b, d, e, g. Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar SIH janeiro/2017, item 4.3 p. 9.

Fonte da Evidência: - Termo de Informação de M.P.A., Superintendente de Planejamento da SMS, de 16/09/2021.
- Relatórios de Produção Hospitalar do SIHD2 do Hospital Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, referentes ao procedimento: 0303010223 - Tratamento de Infecção pelo Coronavírus - COVID 19, disponibilizados pelo auditado, incluídos no Google drive (<https://drive.google.com/drive/folders/1zQZjXTzsX1olssBTEuHszGadiPFPx>) em 16/07/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros **Constatação Nº:** 635688

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A SMS não valida os dados referentes à prestação de contas parcial e/ou total do prestador Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: Analisando a documentação solicitada (constante do Ofício de Comunicação de Auditoria) e disponibilizada pela entidade auditada, incluída no google drive (<https://drive.google.com/drive/folders/1zQZjXXT-zsX1olssBTEuHszGadiPFPx>) e analisada in loco, por ocasião da fase operativa da auditoria, até o último dia da visita in loco, não foi apresentada nenhuma comprovação de que a Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto tenha realizado a validação dos dados referentes às prestações de contas do Prestador Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto já disponibilizados.

Em seu Termo de Declaração, colhido em 16 de setembro de 2021, in loco, a Superintendente de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto fez referência à prestação de contas geral do município à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Saúde. Entretanto, nenhum documento foi disponibilizado à equipe de auditores para comprovar as alegações feitas.

Ressalta-se que todas as prestações de contas disponíveis e apresentadas pela entidade auditada e pelo prestador foram analisadas pela equipe de auditoria, análise esta detalhada no Relatório de Auditoria do Prestador, sendo que em nenhuma delas estivesse presente a formalização da validação pela SMS.

Constatação em desconformidade com a Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, Artigo 10, incisos I e II.

Fonte da Evidência:

- Termo de Declaração, colhido em 16 de setembro de 2021, in loco, da Superintendente de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto;
- Prestações de Contas referentes às Portarias GM/MS nº 1393, 1448, 1769, 2790, 3275, 3486, 641, 749 e 897;
- Cópia do Contrato Administrativo nº 081/2018 e seus Termos Aditivos:
 - I - 1º TA, em 27/05/2019, incluindo cláusulas de fundamentação, justificativa e pagamento da Contratada e Comissão de Avaliação do Contrato, Gestão e Avaliação do mesmo;
 - II - 2º TA, em 01/10/2019, alterando valor, dotações orçamentárias e prazo de vigência por mais doze meses;
 - III - 3º TA, em 31/08/2020, alterando valor, dotações orçamentárias e prazo de vigência por mais doze meses;
 - IV - 4º TA, em 22/03/2021, aditando o valor em R\$ 1.976.370,05 referente ao acréscimo contratual, dentro dos limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93, para custear diárias de leitos de UTI-COVID-19, diárias de Leitos Clínicos no Hospital de Campanha e contratação de cinco leitos clínicos, independente de ocupação, destinados à COVID;
 - V - 5º TA, em 23/03/2021, incluindo obrigações ao Contratante (obra de adequação do Centro Avançado de Enfrentamento ao COVID-19, visando adaptar o espaço para colocação de autoclave e instalação de tanque de oxigênio);
 - VI - 6º TA, em 14/06/2021, com o objetivo de fornecimento de leitos clínicos e de UTI, bem como a gestão do Hospital de Campanha pelo período de mais 90 (noventa) dias;
- Cópia dos Termos de Compromisso celebrados entre o município e o prestador:
 - I - TC PMOP nº 11/2020, em 08/06/2020, para formalizar o repasse do valor de R\$ 1.392.273,53;
 - II - TC PMOP nº 16/2020, em 15/07/2020, para formalizar o repasse do valor de R\$ 1.440.000,00;
 - III - TC PMOP nº 22/2020, em 13/10/2020, para formalizar o repasse do valor de R\$ 480.000,00;
 - IV - TC PMOP nº 01/2021, em 04/01/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 480.000,00;
 - V - TC PMOP nº 02/2021, em 04/01/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 960.000,00; VI - TC PMOP nº 03/2021, em 07/04/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 240.000,00; VII - TC PMOP nº 04/2021, em 05/05/2021, para formalizar o repasse do valor de R\$ 240.000,00.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio de OFÍCIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física interessada, se manifestou da seguinte forma: Através da referida constatação, evidenciou-se que a Secretaria Municipal de Saúde não valida os dados referentes à prestação de contas da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos e normas regulamentadoras. Ocorre que a Secretaria Municipal de Saúde realiza a prestação de contas de todas as despesas dentro do Relatório Anual de Gestão-RAG, atendendo ao pressuposto da Lei Complementar Federal nº 141 de 2012, diretamente ao Conselho Municipal de Saúde, para a aprovação de todos os atos e de todas as contas. Logo, toda a prestação foi devidamente aprovada pelos órgãos de fiscalização e controle, não havendo nenhum questionamento. Ressaltamos que toda a produção do hospital é conferida mensalmente pela gestora do contrato, que se dispõe a esclarecer qualquer inconsistência eventualmente notificada, o que não foi provocado a esta gestão.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: A manifestação da entidade auditada, desprovida de apresentação documental de comprovação das alegações feitas, por si só, é insuficiente para as devidas comprovações e, consequente, alteração do constatado pela equipe de auditores. Permanece, portanto, a não conformidade apontada.

Diante do exposto, à autoridade competente, conforme Resolução SES nº 2.906/2011, propõe-se aplicar à Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto a penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Proceder a validação dos dados referentes à prestação de contas parcial e/ou total do prestador Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE	
OURO PRETO	18.295.295/0001-36

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 636265

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde, inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e também não os submeteu à aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a existência do Plano Municipal de Saúde (PMS) 2018-2021, bem como da Programação Anual de Saúde (PAS) de 2020, ambos aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ouro Preto.

Entretanto, constatou-se também que a SMS de Ouro Preto não promoveu os ajustes necessários no PMS 2018-2021 e na PAS 2020, de modo a contemplar ações, metas e recursos financeiros referentes ao enfrentamento da Covid-19.

Constatação em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 96, § 3º, Incisos I, II e III e Artigo 97, § 1º,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Incisos I a III e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência:

- Cópia do Plano Municipal de Saúde 2018-2021;
- Cópia da Programação Anual de Saúde - 2020;
- Cópia da Resolução Ad Referendum 02/2021 do Conselho Municipal de Saúde, em 04 de março de 2021, aprovando a Programação Anual de Saúde 2021;
- Cópia da Resolução 001/2021 do Conselho Municipal de Saúde, em 11 de março de 2021, aprovando a Programação Anual de Saúde 2021, pós decisão Ad Referendum 02/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio de OFICIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica, se manifestou da seguinte forma: A presente constatação identificou que esta Secretaria não promoveu os ajustes no Plano Municipal de Saúde, inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19, não os submetendo para aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Quanto a esta constatação, é cabível considerar que houveram sim os ajustes no Plano Municipal e no Programa Anual de Saúde. Anexos seguem os documentos comprobatórios para o cumprimento da constatação.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: Da constatação original restaram comprovados os ajustes no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde. Entretanto, não foi anexado nenhum documento que comprovasse a aprovação dos referidos instrumentos de gestão pelo Conselho Municipal de Saúde.

Por fim avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para que promova, sempre que necessário, os ajustes no Plano Municipal de Saúde e na Programação Anual de Saúde e também os submeta à aprovação do Conselho Municipal de Saúde, conforme Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 96, § 3º, Incisos I, II e III e Artigo 97, § 1º, Incisos I a III e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO	18.295.295/0001-36

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 636266

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: A SMS não apresentou os RDQAs referentes ao ano de 2020 ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a Secretaria Municipal de Ouro Preto não possui Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs), referentes ao ano de 2020. Por decorrência lógica, as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da Covid-19 não foram apresentados ao Conselho Municipal de Saúde, por meio desses relatórios.

Foi apresentado, apenas, o 1º RDQA de 2021, referente ao 1º quadrimestre, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, em formato divergente do utilizado pelo DIGISUS. Também foi apresentada cópia da Comunicação Interna 6374/2021, da SMS dirigida ao Conselho Municipal de Saúde, datada de 07/07/2021, convocando para Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2021, na data de 12/07/2021, via google meet. Não há registro da apresentação dos RDQAs para a Câmara de Vereadores, do ano de 2020 e nem do 1º quadrimestre de 2021.

Ainda, não verificou-se a existência dos campos do Relatório Anual de Gestão de 2020, que no caso do município auditado também não segue o formato disponibilizado pelo DIGISUS, nos quais são inseridas informações sobre a data de apresentação dos RDQAs de 2020 e 2021 na Casa Legislativa.

Constatação em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 100, Parágrafo único, Incisos I, II e III; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36 e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência:

- Cópia do Relatório Anual de Gestão de 2020;
- Cópia da Comunicação Interna 6374/2021 de 07/07/2021, convocando o CMS para Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2021;
- Cópia do 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre 2021, elaborado em moldes e formatação próprios da SMS, divergentes do DIGISUS.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio de OFÍCIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica, se manifestou da seguinte forma: Foi constatado que a SMS não apresentou os RDQAs referentes ao ano de 2020 ao Conselho Municipal de Saúde e a Câmara de Vereadores com as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19. As Portarias Ministeriais e as Resoluções estaduais exigiam que a prestação de contas fosse realizada dentro do Relatório Anual de Gestão. Logo, nos Relatórios Quadrimestrais não foram inseridas informações, mas apenas e tão somente no Relatório Anual.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: De acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 100, Parágrafo único, Incisos I, II e III; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36 e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3 faz-se necessário apresentar os RDQAs referentes ao ano de 2020 ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de Vereadores, contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19, independentemente de tais informações estarem inseridas no Relatório Anual de Gestão.

Por fim avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Que a Secretaria Municipal de Saúde apresente, nos prazos estabelecidos, os RDQAs - Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior - ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de Vereadores, conforme a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 100, Parágrafo único, Incisos I, II e III; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 36



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



e com a Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO	18.295.295/0001-36

Grupo: Gestão Municipal

Constatação Nº: 636267

Subgrupo: Regulação

Item: Rotina de Trabalho

Constatação: O RAG 2020 contempla as ações realizadas, porém não contempla as prestações de contas referentes aos recursos financeiros recebidos e destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Durante a auditoria, constatou-se que o Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2020, entregue ao Conselho Municipal de Saúde para apreciação em 17/03/2021, conforme Protocolo de Entrega, contempla, em seu Capítulo VI - COVID-19 - as atividades realizadas durante o ano de 2020 para enfrentamento da Covid-19.

Entretanto, constatou-se também, que o RAG 2020 não contempla informações sobre a aplicação de recursos financeiros de origem municipal, estadual e federal destinados ao enfrentamento da Covid-19.

Constatação em desacordo com a Lei Federal nº 8.142/1990, Artigo 4º, Inciso IV; com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 31, Inciso II, Artigo 36, § 1º e Artigo 39, § 4º; com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título IV, Capítulo I, Artigo 99, § 1º, Incisos I a IV; com o Decreto Federal nº 1.651/1995, Artigo 6º, § 3º, Incisos I a IV; com a Nota Técnica nº 7/2020CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3; com o Decreto nº 454682010, Artigo 21, § 5º; com a Resolução SES/MG nº 7.071/2020, Artigo 1º e com a Resolução SES/MG nº 7.097/2020, Artigo 6º.

Fonte da Evidência: - Cópia do Relatório Anual de Gestão do ano de 2020;
- Cópia do Protocolo de Entrega do RAG 2020 ao Conselho Municipal de Saúde em 17/03/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio de OFICIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica, se manifestou da seguinte forma: Constatou-se, através deste ponto, o fato de que o RAG 2020 não contemplou informações referentes à prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e destinados ao enfrentamento da Pandemia de COVID-19, sejam eles municipal, estadual ou federal. Anexa a esta manifestação encontra-se cópia do Relatório Anual de Gestão do ano 2020, contendo as informações a respeito da utilização dos recursos financeiros recebidos para enfrentamento da Pandemia de COVID-19.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: A manifestação da entidade auditada, corroborada com a documentação anexada, foi suficiente para comprovar o saneamento da não conformidade apontada.

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 635689

Subgrupo: Execução Orçamentária



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto não promoveu a devida alteração/complementação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Durante a auditoria, constatou-se que as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 e 2021 não fazem referência à Covid-19 e não possuem alterações ou complementações para identificar as ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia.

Constatação em desacordo com o Decreto Federal nº 10.360/2020, Artigo 1º, Incisos I, II e III e com a Instrução Normativa nº 41/2020, Artigo 2º, Incisos I, II, Alíneas a, b e c e Inciso III.

Fonte da Evidência: - Cópia das Leis Orçamentárias do município de Ouro Preto para os exercícios financeiros de 2020 e 2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Por meio de OFICIO 002530/2022 datado de 26/10/2022, o Secretário Municipal de Saúde de Ouro Preto, representante legal da Pessoa Jurídica, se manifestou da seguinte forma: Foi identificado através desta constatação que a Secretaria Municipal de Saúde não procedeu com a alteração/complementação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas relacionadas ao enfrentamento da Pandemia. Sobre este ponto, é cabível considerar que o objeto internação, bem como outras ações de prevenção atribuídas à vigilância em saúde, seja qual for a procedência (doença), já estão pactuadas no contrato celebrado entre o município e a Irmandade, bem como nas atribuições do departamento de vigilância, não sendo necessária a realização de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já contém as previsões para enfrentamento de doenças, compreendendo programas, ações e despesas para os referidos enfrentamentos.

- Não houve manifestação das Pessoas Físicas notificadas.

Análise da Justificativa: Conforme Decreto Federal nº 10.360/2020, Artigo 1º, Incisos I, II e III e Instrução Normativa nº 41/2020, Artigo 2º, Incisos I, II, Alíneas a, b e c e Inciso III é necessária a devida alteração/complementação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19, procedimento que, corroborado com a manifestação da entidade auditada, não foi feito. Permanece, portanto, a não conformidade apontada.

Por fim avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: A Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto que promova as devidas alterações/complementações nas Leis de Diretrizes Orçamentárias futuras para identificar as ações, programas e despesas como os ocorridos por ocasião do enfrentamento da COVID-19, conforme o Decreto Federal nº 10.360/2020, Artigo 1º, Incisos I, II e III e com a Instrução Normativa nº 41/2020, Artigo 2º, Incisos I, II, Alíneas a, b e c e Inciso III.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO	18.295.295/0001-36



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
OURO PRETO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE	18.295.295/0001-36
OURO PRETO	

VI - CONCLUSÃO

Foi verificado que a SMS de Ouro Preto se organizou para o recebimento e execução dos recursos, bem como para a execução das ações e serviços no enfrentamento da COVID-19, no período de março/2020 a setembro/2021. Em relação aos instrumentos de gestão, a SMS realizou ajustes no PMS e na PAS 2020, mas os mesmos não foram submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Saúde e os RDQAs não contemplaram as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19. O RAG de 2020 contemplou as ações realizadas para enfrentamento à COVID-19. A SMS não promoveu a devida alteração/complementação nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2020 e 2021 para identificar as ações, programas e despesas para enfrentamento à COVID-19. Para as ações de média e alta complexidade, a SMS celebrou instrumentos jurídicos com a Santa Casa de Misericórdia para o repasse de recursos financeiros de origem Federal e Estadual e, de acordo com as regras que viabilizaram os repasses, aplicou adequadamente os recursos financeiros do FES e do FNS na Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto. Os processos de pagamentos destinados a Santa Casa de Ouro Preto estavam em conformidade com os instrumentos jurídicos formalizados, incluindo a regularidade no tocante a prazos e condições. No período auditado, a SMS realizou acompanhamento da execução do instrumento jurídico firmado com a Santa Casa de Ouro Preto para enfrentamento da COVID-19. A SMS realizou controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pela Santa Casa de Ouro Preto, no atendimento de casos da COVID-19, entretanto, não demonstrou o acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 e não validou os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador, conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos firmados e normas que regulamentam os repasses.

IX - FOLHA DE ASSINATURA

Ruth Maria Alves Garcia

Cargo: Auditor Assistencial



COORDENADOR

X - ANEXOS

ANEXO 01- RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FMS DE OURO PRETO A SCM DE OURO PRETO



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 01 – Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Ouro Preto ao Hospital Santa Casa da Caridade no período de março de 2020 a setembro de 2021.

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS				PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./ conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho (nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./ conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)	
0136 43.564-7	FNS	-	1.769/20	-	418191411	14/08/20	500.000,00	473-1 51.253-2	500.000,00	15/10/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.769/20	-	418210916	14/08/20	490.000,00	473-1 51.253-2	490.000,00	15/10/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.769/20	-	418227909	14/08/20	450.000,00	473-1 51.253-2	450.000,00	15/10/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.448/20	-	211539801	24/06/20	500.000,00	473-1 48.271-4	500.000,00	29/08/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.448/20	-	211546850	24/06/20	450.000,00	473-1 48.271-4	450.000,00	29/08/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.448/20	-	211554867	24/06/20	442.273,53	473-1 48.271-4	1.392.273,53	29/08/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.393/20	-	169533398	10/06/20	500.000,00	473-1 48.271-4	500.000,00	21/08/20	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	1.393/20	-	169546522	10/06/20	13.694,71	473-1 48.271-4	513.694,71	21/08/20	Sim	
0136 43.564-7	FES	7.160/2020	-	-	132027	22/10/20	480.000,00	473-1 48.271-4	480.000,00	22/10/21	Sim	
0136 43.564-7	FES	2.790/2020	-	-	852629532	26/11/20	480.000,00	473-1 50.798-9	480.000,00	26/11/21	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	3.275/20	-	10746	01/02/21	480.000,00	473-1 50.798-9	480.000,00	03/01/21	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	3.486/20	-	10767	05/02/21	960.000,00	473-1 52.089-6	960.000,00	17/02/21	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	641/21	-	11051	27/05/21	240.000,00	473-1 48.271-4	240.000,00	07/05/21	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	897/21	-	11049	26/05/21	240.000,00	473-1 48.271-4	240.000,00	05/06/21	Sim	
0136 43.564-7	FNS	-	749/21	-	11047	26/05/21	720.000,00	473-1 48.271-4	720.000,00	20/05/21	Sim	
TOTAL REPASSADO:							8.395.968,24	TOTAL GASTO:	8.395.968,24			